
Artigos

CECA e COMIN: A sociedade civil promovendo cidadania desde outras pedagogias

*Nivia Ivette Núñez de la Paz*¹
*Renate Gierus*²

RESUMO

Este artigo, embasado em relatos de experiências, quer compartilhar processos educativos vivenciados a partir de duas organizações da sociedade civil – OSCs, o Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria – CECA e o Conselho de Missão entre Povos Indígenas-COMIN, instituições que tem suas sedes localizadas em São Leopoldo/RS. O CECA atua na formação de lideranças estudantis, comunitárias, de movimentos eclesiais e sociais; e o COMIN, com povos indígenas, ambas na promoção de cidadania e direitos humanos. Iniciamos o relato com um breve histórico de cada instituição, seguido da descrição metodológica da experiência, finalizando com uma análise da mesma.

PALAVRAS-CHAVE

Sociedade Civil; Educação; Cidadania.

¹ Doutora e mestra em teologia pela Faculdades EST, São Leopoldo (RS). Licenciada em Teologia pelo Seminário Evangélico de Teologia, Matanzas, Cuba. Professora de Filosofia e Ética – Faculdade FISUL. Pesquisadora associada à Faculdades EST, com bolsa PNPD-CAPES. E-mail: npaz@hotmail.com

² Doutora em Teologia, com ênfase na história feminista do cristianismo. Integrante da coordenação executiva, na função de coordenadora programática do COMIN. E-mail: comin_coord@est.edu.br

ABSTRACT

This article, based on experience reports, wants to share educational processes experienced based on two civil society organizations – OSCs, Ecumenical Centre for Training and Consultancy – CECA and Council of Mission among Indigenous people – COMIN, institutions that have their headquarters located in São Leopoldo/RS. CECA acts with formation of student leaders, community, ecclesial and social movements; and COMIN with indigenous peoples, both promote citizenship and human rights. We begin this reporting with a brief history of each institution, followed by the methodological description of the experience, ending with an analysis of that experience.

KEYWORDS

Civil Society; Education; Citizenship.

Breve histórico de CECA

Em 1973, durante a ditadura militar, caracterizada pela violência institucionalizada contra a dignidade humana, violação dos direitos e supressão da democracia, nasce o CECA. Ele se constituiu como um *Centro de Formação de Agentes de Pastoris*, tendo como matriz teórica a metodologia de Paulo Freire e a Teologia da Libertação. O Centro, em seus inícios, destinou-se à capacitação de homens e mulheres para o fortalecimento da organização popular.

No contexto pós-queda do Muro de Berlim, de descrédito da teoria de luta de classes, houve certo silenciamento da Teologia da Libertação e da Educação Popular. Para o CECA esse foi um período de reafirmar seu papel enquanto organização. Depois de avaliar a sua prática, além de assessorar os movimentos eclesiais e sociais, passou também a ser agente político-social direto na intervenção e representação dos interesses dos grupos marginalizados ou discriminados socialmente. Nesse período, e até os dias atuais, o seu trabalho está balizado por três eixos temáticos: ecumenismo, gênero e direitos humanos. Além dos Cursos de Formação nessas três áreas, o CECA também realiza outros eventos em parceria com instituições da região: Faculdades EST, Centro de Estudos Bíblicos- CEBI, Fundação Luterana de Diaconia – FLD, etc.

Desde 1998, o CECA realiza trabalhos de formação e empoderamento das mulheres na região do Vale dos Sinos, implementando, a cada dois anos, o *Curso de Formação de Promotoras Legais Populares-PLP's*, com 100h/aulas. O projeto que leva por nome *Acesso Popular à Justiça* e tem como finalidade contrapor-se à situação de exploração e violência vivida pelas mulheres e meninas, persegue os seguintes objetivos: 1. Capacitar mulheres para ações de prevenção à violência e de defesa dos Direitos Humanos e em favor dos setores excluídos da população, especialmente mulheres e meninas; 2. Fortalecer mulheres para que assumam seus projetos de vida; 3. Qualificar suas intervenções em políticas públicas de gênero.

As PLP's são mulheres que desenvolvem ações de escuta, orientação, apoio e encaminhamento de outras mulheres em situação de violência e discriminação. Além de denúncia e prevenção à violência, defesa da cidadania e luta pela implementação de políticas públicas de gênero, elas trabalham de maneira integrada, formando parte da coordenação de Fóruns, das Coordenadorias das Mulheres, dos Conselhos Municipais e, no caso de São Leopoldo, da Secretaria Municipal da Mulher. Os *Cursos de Formação*, os *Cursos de Aprofundamento* e os *Encontros Mensais* das PLP's são espaços de construção e promoção de cidadania, autonomia e luta pelos direitos humanos das mulheres.

Relato de experiência

Como *Relato de Experiência* achamos importante compartilhar a execução do *Projeto Sensibilizar*, que atingiu, no ano de 2010, 1.120 pessoas em diferentes bairros da cidade de São Leopoldo. Esse Projeto teve como objetivo a sensibilização e a prevenção da violência contra as mulheres; foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, executado por CECA e financiado pelo Governo Federal, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres. O *Sensibilizar* contemplou ações de prevenção à violência, visou divulgar a Lei Maria da Penha e, na mesma medida, os serviços que no município formavam parte da rede de atendimento municipal.

A execução do Projeto esteve a cargo das PLP's, foram elas que assessoraram, nos seus respectivos bairros, isso reforçou o empoderamento

delas como líderes comunitárias. As oficinas reuniram famílias e seguiram a metodologia da Educação Popular: uma roda para a partilha e o diálogo a partir da experiência cotidiana pessoal e grupal. Pois como afirma Paulo Freire, o método é o caminho, a direção, a intencionalidade e a amorosidade³, ferramentas essas das quais fazemos uso para elaborar propostas de intervenção a partir do conhecimento crítico da realidade. Histórias de vida foram contadas e analisadas e numa dinâmica de troca de saberes – entre risos, choros, cheiros, olhares, gestos, silêncios – se pensaram possíveis “movimentos familiares e comunitários” para conseguir mudanças, realizar transformações na realidade violenta e construir relações diferentes, relações humanizadas.

Cartilhas didáticas⁴ foram elaboradas especificamente para a implementação deste Projeto. Esse material foi muito importante porque cada pessoa participante tinha, através dele, uma forma concreta de replicar com outras pessoas não participantes o conteúdo trabalhado nos grupos. As cartilhas se constituíram num instrumento de diálogo, formação e transformação para outras pessoas dos bairros e das comunidades. Pelo fato de apresentar uma parte conceitual: *Relações de Gênero, Violências-tipos-ciclo, Direitos Humanos das Mulheres, Lei Maria da Penha, Pacto nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, mas também de conter o guia da rede de atendimento e apoio municipal (com endereços e telefones de cada um dos serviços integrantes) a cartilha ultrapassou a formação e ficou como material de consulta.

Breve histórico do COMIN

O COMIN é uma organização da sociedade civil, com base de fé, criada em 1982, pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. Atua junto a povos indígenas através de diálogo intercultural e inter-religioso, na busca pela garantia e reconhecimento de seus direitos

³ FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

⁴ PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. Caderno I. Graciela Patricia Cornaglia (org.). São Leopoldo: CEBI, 2010, e Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres. Caderno II. Graciela Patricia Cornaglia e Santos, Karine (orgs.). São Leopoldo: CEBI, 2010.

humanos, valorizando e revitalizando formas tradicionais de exercer a territorialidade indígena e proteção do meio ambiente. O diálogo intercultural e inter-religioso permeia as relações com a sociedade em geral, junto à qual procura sensibilizar e informar sobre a causa indígena.

A missão do COMIN é contribuir na promoção da justiça e do respeito aos povos indígenas, promover o diálogo e a convivência em favor da construção de uma sociedade plural. Sua visão é promover o direito às diferenças como um direito humano fundamental, na perspectiva de uma sociedade multiétnica e pluricultural. A metodologia, de característica processual e dialógica, é apoiar as prioridades que se colocam a partir da interação com os povos indígenas, protagonistas de seu processo histórico, e de demandas que emergem de análise conjuntural e contextual.

Atualmente, o COMIN trabalha em duas regiões geográficas do Brasil, no sul e no norte. Na região norte está presente no Acre e ao sul do estado do Amazonas, junto ao povo Apurinã. O principal foco temático nesta região é a educação escolar indígena diferenciada, colaborando com a formação continuada de professores/as indígenas e a revitalização da língua. Também atua na Rondônia, junto ao povo Arara, com ênfase na implementação da gestão territorial e ambiental da Terra Indígena Igarapé Lourdes, notadamente com as mulheres do povo Arara; na assessoria jurídica sobre direitos coletivos de povos indígenas e no diálogo intercultural e inter-religioso.

Na região sul, o COMIN atua em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, junto aos povos Laklãnõ-Xokleng, Kaingang e Guarani, respectivamente. Em SC atua na construção de políticas públicas adequadas e acesso aos direitos garantidos. A atuação prioriza a situação de insegurança alimentar, nutricional e de geração de renda. No planalto e noroeste gaúcho, busca reconhecer o uso dos modos e costumes tradicionais indígenas no direito à terra e território, educação escolar, saúde, sustentabilidade e organização própria, colaborando no protagonismo dos povos indígenas e respeito as suas instituições, culturas e tradições. Na região metropolitana de Porto Alegre, vale do Rio Taquari e serra gaúcha, atua a partir da prioridade dos direitos humanos.

Para construir espaços e articulações que propiciem melhores relações e condições de diálogo entre indígenas e não indígenas através da formação, da atuação junto à sociedade em geral, junto a IECLB e dentro

da própria instituição, temos, no COMIN, o Programa de Formação, Diálogo Intercultural e Diálogo Inter-Religioso – Profordi. O seu objetivo é contribuir e fomentar o diálogo intercultural e inter-religioso entre indígenas e os diversos setores da sociedade em geral e especialmente em instituições de ensino e formação, escolas, universidades, instituições da sociedade civil e setores de trabalho e comunidades da IECLB; contribuir na formação e valorização da realidade, da história, da cultura e dos direitos indígenas na sociedade brasileira; contribuir na consciência sobre a participação ativa dos povos indígenas no processo de construção de uma sociedade justa e democrática; contribuir na realização do direito à diferença como um direito humano fundamental na perspectiva de uma sociedade plural.

A diversidade e a complexidade das realidades indígenas são parte dos contextos nos quais o COMIN atua. São muitos os desafios e as demandas apontadas. Como organização da sociedade civil, o COMIN parte de uma visão de defesa dos direitos indígenas, tendo como base a atuação direta com os povos indígenas e com a sociedade em geral.

Relato de experiência a partir da educação escolar indígena Guarani

Em 2014 foi publicado pelo COMIN o livro “Saberes e espiritualidades indígenas”⁵. Um de seus artigos, “Cotidiano no Tekoá Ka’aguy Porã – uma experiência de convívio e diálogo”⁶, foi elaborado de forma coletiva, com a comunidade Guarani. A cacica Teresa Fernandes participou, junto com a assessora do COMIN Noeli Falcade, de atividades realizadas na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Sepé Tiara-ju, da aldeia Gengibre, onde Teresa é cacica, situada na Terra Indígena Guarita, em Erval Seco/RS.

Teresa e alunos/as trabalharam a temática do livro em sala de aula, na qual a educação Guarani esteve presente. Nesse contexto, surgiram

⁵ MARKUS, Cledes, ALTMANN, Lori, GIERUS, Renate (orgs.). *Saberes e espiritualidades indígenas*. São Leopoldo, OIKOS, 2014.

⁶ BENITES, Teresa Fernandes, FALCADE, Noeli Teresinha, LUCKMANN, Sandro. Cotidiano no Tekoá Ka’aguy Porã – uma experiência de convívio e diálogo. In: *Saberes e espiritualidades indígenas*, 2014, p. 143-56.

desenhos, textos, falas, que, posteriormente, foram selecionados e trazidos para compor o artigo. Fora do espaço escolar, a construção coletiva se deu em torno do fogo de chão, da casa de reza (*Opy*), do uso do cachimbo (*petygua*), do pilão para preparar alimentos tradicionais, estabelecendo uma relação entre os saberes na escola e no cotidiano da comunidade indígena.

Uma das ênfases do trabalho do COMIN é o fortalecimento do protagonismo indígena, considerando que estes povos têm experimentado e sofrido, ao longo de séculos, violências, discriminações e invisibilidades. São povos com sabedoria milenar e com memória ancestral, que estão presentes nas diversas atividades do cotidiano como, no caso Guarani, plantar sementes, socar alimentos tradicionais no pilão, reunir-se em rodas de conversa em torno do fogo de chão, viver perto da natureza e em interdependência com ela, cantar e dançar, dialogar e silenciar, resistir.

A autonomia do povo Guarani está na vida em comunidade, no contar e ouvir histórias, não somente de tempos imemoriais, mas as de hoje, de agora, iluminando o presente. Está na reciprocidade, na construção coletiva, na percepção de que o ser humano não está sozinho sobre a terra, que é sagrada, que é mãe, que sustenta e que nutre.

As mulheres Guarani confeccionam o *petygua*, um elemento religioso e cultural de grande importância. Usa-se o cachimbo nas rodas de conversa, dando ênfase ao convívio e fortalecendo a unidade do grupo. A possibilidade de viver o seu modo de ser propicia conhecimento e educação, refletindo estes aspectos do cotidiano na escola em geral e na sala de aula em particular.

Os processos educativos são experimentados justamente nos afazeres diários da comunidade, bem como ali construídos epistemologicamente. Eles se dão, por exemplo, durante a construção coletiva da *Opy*, na confecção do cachimbo, na elaboração do alimento tradicional, na plantação da roça. Crianças e jovens acompanham adultos/as e pessoas velhas⁷, que contam histórias, apresentam ritos e mitos, mostram um traçado específico do grafismo, ensinam um canto, uma dança, relembram um artesanato. Desta forma, se aprende e se mantém a cultura Guarani,

⁷ Neste caso, o uso da palavra 'velhas' ocorre sem nenhuma conotação pejorativa, bem ao contrário, denota sabedoria e estabelece respeito.

se resiste à invisibilidade através da identidade cultural, levando até à escola questionamentos de fazeres e saberes, que ali se encontram muito homogêneos, lineares, cartesianos, convidando a um olhar atento a outras possibilidades pedagógicas.

Educação indígena: experiência do povo Maya

O povo Guarani faz parte dos povos indígenas de Abya Yala⁸, continente de muitas terras e territórios, cruzando-se em uma etno-geopolítica de tantas diversidades. Além de viver no atualmente chamado Brasil, vivem também no Paraguai, Bolívia e Argentina. Tem sua própria educação enquanto povo, evidenciada, em partes, na experiência narrada anteriormente.

O povo Maya, do território conhecido por Guatemala, na América Central, também tem uma maneira própria de educação enquanto povo, porém distinta da dos Guarani. Mesmo assim, há similitudes, desenhando caminhos que querem o mesmo objetivo: uma educação diferenciada e integral.

A educação Maya acontece no dia a dia, em comunidade, com a presença constante de pais, mães, avós e avôs. Há um “processo de identificação de capacidades, recursos e conhecimentos” por parte dos/das mesmos/as.”⁹ “Os avôs e avós mayas sempre nos inspiram na busca do melhor dentro de nós, é o primeiro conhecimento, a primeira instância.”¹⁰

⁸ Abya Yala: denominação indígena do continente latino-americano, que significa “terra em plena maturidade”. ESTERMANN, José. Equilibrio y cuidado. Concepción indígena de una comunidad solidaria y diaconal. In: TORRE, Margarita de la; ZWETSCH, Roberto. *Diaconía y solidaridad desde los pueblos indígenas*. Série Diaconia na América Latina, v.5. São Leopoldo: Sinodal/Faculdades EST/CETELA, 2007, p. 126.

⁹ Original: “[...] el proceso de identificación de capacidades, recursos y conocimientos.” Tradução livre. OTZOY, Antonio. *Diaconía y solidaridad en la cultura y tradición indígena maya*. Cambios y aportes desde la tradición cristiana. In: TORRE, Margarita de la; ZWETSCH, Roberto. *Diaconía y solidaridad desde los pueblos indígenas*. Série Diaconia na América Latina, v.5. São Leopoldo: Sinodal/Faculdades EST/CETELA, 2007, p. 30.

¹⁰ Original: “Los abuelos y abuelas mayas siempre nos inspiran a la búsqueda de lo mejor dentro de nosotros, es el primer conocimiento, la primera instancia. Tradução livre. OTZOY, Antonio. *Diaconía y solidaridad en la cultura y tradición indígena maya*.

As pessoas velhas tem importância fundamental na educação indígena. São as detentoras do saber, da cultura, muitas vezes da língua. São pessoas muito respeitadas e consideradas grandes conselheiras e educadoras nas comunidades, nas famílias, em processos formativos escolares ou não. Servem de exemplo, ensinam sobre alimentação, artesanato, saúde, festas, cantos e danças.

Também são os avôs e as avós que ensinam a importância dos relacionamentos entre as pessoas e, principalmente, as relações com todos os seres vivos, com todo o cosmos, com o mundo visível e invisível. A coletividade e a vida em comunidade são muito importantes e fundantes da identidade cultural dos povos indígenas. Diz Otzoy: “[...] ser humano, criado para compartilhar e intercambiar permanentemente.”¹¹ Isto ocorre sem perda de individualidade, como poderia parecer a quem é de fora. Em realidade, “A coletividade é o lugar onde se faz e se deixa brilhar a individualidade.”¹²

Pais e mães, bem como as parteiras, têm seus papéis específicos na educação Maya. Quando as crianças não demonstram na infância seus interesses e inclinações, que permitam encaminhá-las a uma formação específica para dentro da comunidade, pais e mães conversam com elas, com o propósito de incentivá-las a aprender algo a mais do que o conhecimento que ambos têm. As parteiras, por sua vez, indicam, desde o nascimento, algumas qualidades das crianças, ajudando na educação, que já acontece a partir desse momento. Desde pequenas, as crianças vão recebendo tarefas e responsabilidades de acordo com sua idade; isto também

Cambios y aportes desde la tradición cristiana. In: TORRE, Margarita de la; ZWETSCH, Roberto. *Diaconía y solidaridad* desde los pueblos indígenas. Série Diaconia na América Latina, v.5. São Leopoldo: Sinodal/Faculdades EST/CETELA, 2007, p. 31.

¹¹ Original: “[...] ser humano, creado para compartir e intercambiar permanentemente.” Tradução livre. OTZOY, Antonio. *Diaconía y solidaridad* en la cultura y tradición indígena maya. Cambios y aportes desde la tradición cristiana. In: TORRE, Margarita de la; ZWETSCH, Roberto. *Diaconía y solidaridad* desde los pueblos indígenas. Série Diaconia na América Latina, v.5. São Leopoldo: Sinodal/Faculdades EST/CETELA, 2007, p. 33

¹² Original: “La colectividad es el lugar donde se hace y se deja brillar la individualidad.” Tradução livre. OTZOY, Antonio. *Diaconía y solidaridad* en la cultura y tradición indígena maya. Cambios y aportes desde la tradición cristiana. In: TORRE, Margarita de la; ZWETSCH, Roberto. *Diaconía y solidaridad* desde los pueblos indígenas. Série Diaconia na América Latina, v.5. São Leopoldo: Sinodal/Faculdades EST/CETELA, 2007, p. 36.

acontece com os/as jovens. Quando adultos/as, estarão integrados/as em seu espaço comunitário. Isto acontece com o acompanhamento constante da família. Se em alguma situação a criança, o/a jovem ou a pessoa adulta se desvia do caminho, as consequências são de sua própria responsabilidade.

A educação indígena ou a educação escolar indígena no Brasil e na América Latina compartilham modos de fazer e de saber. Tomam em conta questões que, na sociedade em geral e nas escolas em particular, estão fora de currículos e práticas educativas. A coletividade, vida comunitária, compartilhar, ajudar, apoiar, respeitar pessoas mais velhas são elementos fundamentais e precisam encontrar espaço entre corpo docente e discente. Há muito que (re)aprender, reconhecendo a contribuição dos povos indígenas nesta área para a cidadania brasileira.

Conclusão

As experiências relatadas procuram dar conta de uma realidade brasileira e latinoamericana: a diversidade de processos educativos e a necessidade de não invisibilizá-los ou hierarquizá-los. Na perspectiva indígena e das mulheres, precisa ficar claro que Abya Yala é um continente multiétnico e pluricultural, tornando-se necessário que a educação não engesse experiências de cidadania e de promoção de direitos, confinando essas experiências num espaço único e hegemônico, o espaço escolar.

Pela Constituição de 1988, os povos indígenas têm direito a uma educação diferenciada, intercultural, multilíngue e comunitária, que, no entanto, se encontra, junto com outros direitos fundamentais, ameaçado pelo pouco ou nenhum reconhecimento destes seus valores e tradições, bem como pelo sucateamento de órgãos do governo existentes para implementar ações relacionadas à Educação Escolar Indígena-EEI, no caso do Brasil. Segundo carta do I Fórum de Educação Escolar Indígena¹³,

¹³ CARTA DO I FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ÀS AUTORIDADES BRASILEIRAS, 02 de dezembro de 2015, Luziânia/GO. In: <<https://www.facebook.com/fneeip/photos/pcb.959017004165088/959016904165098/?type=3&theater>>. Acessado em: 28.04.2016.

escrita e assinada por educadores e educadoras indígenas, os/as mesmos/as vêm “[...] a público manifestar nossa preocupação com o futuro das políticas de educação escolar indígena e nossa desaprovação para com as reformas administrativas que atingem diretamente a estrutura administrativa do Ministério da Educação, precarizando ainda mais a educação escolar indígena.” Para que mais experiências como as relatadas aqui se tornem possíveis, é preciso abrir o caminho para as diversidades, também no cotidiano governamental.

Existem algumas lições importantes que a partir das experiências relatadas e do trabalho nas entidades citadas desejamos destacar:

1. Quando se trabalham as questões de gênero “só” como tema transversal se perde, ou se dilui, nessa transversalidade, a necessidade de uma mudança efetiva para alcançar sociedades de equidade.
2. Não porque se trabalhem as questões de gênero pode se “abandonar” o tema MULHER. Encontros com mulheres e de mulheres ainda são necessários.
3. Mesmo com a existência de uma rede de atendimento/enfrentamento, é necessário um trabalho consecutivo na potencialização dessa rede. Ainda a integração dos serviços, pela caminhada recente da rede, deixa muito a desejar.
4. Para implementar a Lei Maria da Penha é necessário que seja conhecida, daí a importância da divulgação. É na prática que “os furos” da Lei Maria da Penha estão sendo detectados e é a partir dessa prática que intentamos mudar. Dois exemplos: por que a mulher vítima de violência é que tem que sair de casa com seus filhos e filhas? *Não seria isso uma dupla agressão? Por que, mesmo estando descrito na Lei, existem poucos, ou não existem, centros que proporcionem um atendimento/educativo para o agressor?*
5. Com relação à atuação nas OSCs, por necessidades financeiras, as equipes de trabalho cada vez são mais reduzidas, no entanto os mecanismos para o trabalho se tornam, também a cada dia, muito mais burocráticos: acesso à fontes de financiamentos (nacionais e internacionais); cada agência de financiamento define seu próprio formato para relatórios das atividades apoiadas, numa equipe pequena que tem que pensar, elaborar, procurar

financiamento, executar e fazer o relatório, ter “tantos modelos” resulta tremendamente afanoso e contraproducente.

6. Percebe-se um interesse muito grande nos últimos anos, por parte das agências financiadoras, de “quantificar os resultados de trabalho”. Isso pode ser uma “faca de dois gumes” para o trabalho das OSCs e outras entidades. Tem ações realizadas que não podem ser simplesmente quantificadas, e ainda mais, quantidade não necessariamente *é sinônimo de qualidade*.

Seja este nosso artigo um chamado, uma proposta e um convite. Um chamado a ampliar nossos olhares e nossas referências, nossa vinculação e apoio a entidades que dignificam com seu agir a vida de seres humanos, através de outras pedagogias, que potencializam o reconhecimento às diversidades. Uma proposta, para que os relatos de experiência compartilhados possam se multiplicar, mesmo que modificados, por todas aquelas pessoas que leem e se identificam com as propostas. Um convite, para que a ousadia, o espírito de denúncia e, principalmente, a transformação visada e exercida pela Reforma Protestante seja nosso alvo constante.

O local e o contextual têm importância, incentiva a troca de outros saberes e contribui para a transformação social a partir do diálogo e da produção de conhecimento em redes (ex. rodas de conversa, comunidades), sem hierarquias: “Ninguém sabe tudo, nem ignora tudo”, segundo Paulo Freire¹⁴. É evidente o empoderamento e a força do público alvo; são sujeitos nesses processos educativos e fazem a sua história. É necessário evidenciar e providenciar políticas públicas que garantam esses diálogos, assim como processos educativos que privilegiem experiências e histórias desde os dissimiles cotidianos, assegurando vida e dignidade para todas as pessoas.

Referências

BENITES, Teresa Fernandes, FALCADE, Noeli Teresinha, LUCKMANN, Sandro. Cotidiano no TekoáKa’aguy Porã – uma experiência de convívio e diálogo. In: *Saberes e espiritualidades indígenas*, 2014.

¹⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

- CARTA DO I FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ÀS AUTORIDADES BRASILEIRAS, 02 de dezembro de 2015, Luziânia/GO. In: <<<<https://www.facebook.com/fneei/photos/pcb.959017004165088/959016904165098/?type=3&theater>>. Acessado em: 28.04.2016.
- CENTRO Jacobina; Coordenadoria Municipal da Mulher et al. *Guia da rede de enfrentamento da violência contra a mulher*. São Leopoldo: Centro Jacobina, 2007.
- CFEMEA. *Guia dos Direitos da Mulher*. Brasília: CFEMEA, 1994.
- CORNAGLIA, Graciela Patrícia (Org.). *Prevenção à violência contra as mulheres*. Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de São Leopoldo. Caderno I. São Leopoldo: CEBI, 2010.
- DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO PARA RELAÇÕES HUMANIZADAS. Nivia Ivette Núñez de la Paz. São Leopoldo: CEBI, 2010.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- MARKUS, Clede, ALTMANN, Lori, GIERUS, Renate (orgs.). *Saberes e espiritualidades indígenas*. São Leopoldo, OIKOS, 2014.
- NUÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette. Sólo la Ley no basta! Ley María da Penha: análisis de su aplicación en el contexto brasileiro. In: *Desigualdade de gênero e as trajetórias latino-americanas: reconhecimento, dignidade e esperança*. Amanda Motta Castro, Kathlen Luana de Oliveira (orgs.). São Leopoldo: EST, 2014.
- PACTO NACIONAL PELO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. Graciela Patricia Cornaglia e Karine dos Santos (org.). São Leopoldo: CEBI, 2010 (caderno 2).
- TORRE, Margarita de la; ZWETSCH, Roberto. *Diaconía y solidaridad desde los pueblos indígenas*. Série Diaconia na América Latina, v.5. São Leopoldo: Sinodal/Faculdades EST/CETELA, 2007.